

O Trabalho da PJ em 2021 – Instauração de Processos, Trabalho Policial e Policiamento Comunitário

Face à situação ainda severa da pandemia de Covid-19, a prevenção e o controle da epidemia continuam a ser uma matéria de relevância para a salvaguarda da segurança nacional. A Polícia Judiciária tem colaborado ao máximo no trabalho de prevenção, entre Agosto e Outubro de 2021, período em que Macau enfrentava uma nova onda de contágio, a PJ activou o mecanismo de resposta a crises e colaborou ao máximo no trabalho de investigação epidemiológica, o que possibilitou a rápida identificação das pessoas e locais associados aos casos confirmados e forneceu informações precisas e assistência confiável para o impedimento da propagação do contágio. Além disso, na prossecução das atribuições legais, a PJ procedeu à investigação de crimes contra a segurança, ordem e paz públicas em incidentes de natureza pública e entregou os indivíduos detidos por propagação de rumores falsos aos órgãos judiciais, contribuindo assim para a salvaguarda da tranquilidade da sociedade e a eficácia das medidas de prevenção e controlo da epidemia.

Com a liderança do superior hierárquico, a PJ persistiu na concretização das políticas de “Perspectiva geral da segurança nacional”, a unidade de execução da defesa da segurança nacional entrou em pleno funcionamento, os mecanismos de recolha de informação e de investigação estão em constante aperfeiçoamento, a par disso, colaborou na consolidação do princípio fundamental “Macau governado por patriotas”, combatendo com veemência a infiltração e a interferência de forças externas, tomando medidas para

resolver com precisão os factores de instabilidade da sociedade; além disso, a PJ tem colaborado no melhoramento do regime jurídico para complementar a defesa da segurança nacional, com a coordenação do superior hierárquico, concluiu a proposta de lei do Regime Jurídico da Intercepção e Protecção de Comunicações que foi submetida à apreciação da Assembleia Legislativa e encontra-se em plena articulação com o trabalho de revisão da lei relativa à defesa da segurança do Estado e aperfeiçoamento do regime de combate ao terrorismo; participou ainda na realização da “Exposição Sobre a Educação da Segurança Nacional” e da 1.ª edição do concurso de composição “Eu e a Segurança Nacional”, criou a coluna “Tu e a Segurança Nacional” no boletim mensal “Comunicações da Polícia Judiciária”, para corroborar os resultados da educação da segurança nacional nos diversos sectores da sociedade, sobretudo no aprofundamento dos resultados da educação nos jovens.

Perante a volatilidade da cibersegurança no ano transacto, sob a liderança da Comissão para a Cibersegurança, o Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC) coordenado pela Divisão de Cibersegurança da PJ forneceu apoio, de forma continuada, aos operadores das infra-estruturas críticas para garantir a segurança cibernética. Com o aumento do nível de detecção dos riscos e o bom funcionamento do mecanismo de comunicação, no ano passado, o CARIC emitiu 145 alertas e recebeu 63 informações sobre incidentes de cibersegurança, um aumento de 2,8 vezes e 1,7 vezes, respectivamente, em relação ao ano anterior, verificando que a eficiência do alerta e da resposta a incidentes melhorou consideravelmente. Entre os casos registados, foram instaurados inquéritos a 21 ataques cibernéticos. Como os operadores de infra-estruturas críticas ficam na linha de frente da resposta aos incidentes de cibersegurança e

garantem o funcionamento normal da sociedade, o CARIC faz o possível para lhes dar a ajuda necessária para o melhoramento da capacidade de gestão. Assim, no ano transacto, além de dar continuidade à realização de fóruns específicos e de exercícios de incidente de cibersegurança para aprofundar os conhecimentos técnicos dos operadores bem como aumentar a sua capacidade operacional, o CARIC, por sua iniciativa, proporcionou aos operadores a análise dos riscos na cibersegurança, pela qual foram identificados vários perigos latentes e eliminadas atempadamente as vulnerabilidades, evitando a ocorrência de incidentes.

Ao longo do ano passado, a situação da segurança manteve-se estável, vários tipos de crime foram mantido sob controlo, bem como a vida e os bens da população foram devidamente protegidos. Porém, devido ao aumento substancial do uso da internet desde o início da pandemia, no ano passado, o número de crimes relativos à informática continuou a registar um crescimento assinalável. O número de visitantes voltou a crescer, daí, o número de crimes relacionados com o jogo também subiu.

Em 2021, foram instaurados 9.583 processos criminais, registou-se assim uma subida de 3,1% relativamente ao ano anterior. Entre estes, 4.915 foram inquéritos e denúncias, o que representa um aumento de 23,6%, situando-se entre os números registados de 2019 e de 2020. No ano passado, o número de indivíduos (detidos, não detidos e menores não responsáveis criminalmente) presentes ao Ministério Público foi de 1.831, o que corresponde a uma subida de 6,5% face ao ano anterior.

A criminalidade violenta manteve-se numa taxa muito baixa. No ano passado, registaram-se 3 casos de homicídio, nos quais nem os autores nem as vítimas são residentes

de Macau, todos estes casos estão ligados às actividades de câmbio ilegal e ocorreram em hotéis, sendo o *modus operandi* violento e cruel nalguns dos casos. Após ter recebido a denúncia, a PJ mobilizou rapidamente o pessoal para iniciar a investigação, todos estes crimes foram resolvidos em muito pouco tempo e os arguidos destes três casos foram detidos pela PJ ou pelas autoridades policiais da China continental. A resolução rápida dos casos destaca a cooperação eficaz entre a PJ, os órgãos de segurança pública da China continental e o sector hoteleiro de Macau, para além da melhoria constante da capacidade integral de investigação da PJ que contribui para a constituição de uma forte garantia para a segurança da população. Durante o ano de 2021, registaram-se 6 casos de ofensas graves à integridade física, causados principalmente por conflitos entre familiares e amigos.

O número de processos instaurados relativos a vários tipos de crimes mais relevantes foi semelhante ao de 2020. Quanto ao crime de fogo posto, registaram-se 50 casos, representando um aumento de 5 casos face ao ano anterior. Houve 27 casos de roubo, que representa um aumento de 5 casos. Registaram-se 98 casos de extorsão, sendo um aumento de 8 casos. Houve 14 casos de violência doméstica, sendo um acréscimo de 1 caso. Houve 1 caso de tráfico de pessoas, o que representa um aumento de 1 caso. Registaram-se 21 casos de crime de associação criminosa, o que representa uma descida de 10 casos em termos comparativos anuais, que envolveram principalmente o auxílio à imigração ilegal e a burla. Os crimes de rapto e de sociedade secreta mantiveram-se a zero.

Quanto aos crimes ligados a estupefacientes, foram instaurados 61 processos de crime de tráfico de droga, o que representa um aumento de 4 casos face ao ano anterior, enquanto se registaram 13 casos de consumo de droga, número igual em relação a 2020. A PJ

intensificou o controlo do tráfico de estupefacientes por encomenda, foram resolvidos 11 casos ao longo do ano, e para além de continuar a aprofundar a cooperação com os Serviços de Alfândega de Macau, o serviço postal, o sector de logística e de recepção de encomendas, a PJ continua a intensificar a cooperação policial regional, planear acções de combate à droga com uma visão de futuro e orientadas pelas informações, empenhando-se em concretizar um combate abrangente ao tráfico transfronteiriço de estupefacientes, de modo a prevenir e controlar pela raiz a entrada da droga no território ou o uso desta cidade como ponto de passagem. Por outro lado, no ano passado, a PJ desmantelou 2 abrigos de cultivo de canábis e irá continuar a dar muita atenção às tendências do crime, melhorar a execução da lei e as acções de sensibilização de prevenção criminal.

Devido ao aumento do número de turistas, a PJ incrementou as suas acções, nomeadamente no âmbito dos crimes relacionados com o jogo. No ano passado, foram instaurados 1.372 processos relacionados com esse tipo de crime, significa um aumento de 23,2% face ao ano anterior, entre estes, registaram-se 71 casos de agiotagem para jogo, menos 1 caso em comparação com igual período do ano anterior, 27 sequestros resultantes de agiotagem para jogo, que corresponde a uma descida de 5 casos relativamente a 2020, registou-se um aumento global em termos do número de casos relacionados com o jogo enquanto o número desses dois tipos de crimes graves tem vindo a diminuir, isso demonstra que o planeamento específico do combate aos crimes de agiotagem para jogo vigentes produziram um certo efeito. A par disso, a troca ilegal de dinheiro continua a causar impactos negativos para os casinos e a segurança nos seus arredores. Os 3 homicídios ocorridos no ano passado, tiveram todos uma certa relação com os “burlões da troca de dinheiro”, o número de burlas com eles relacionados foi de 196 e o de roubo foi

de 6, o que corresponde a um aumento de 17,4% e a uma descida de dois casos, respectivamente. Se bem que os referidos casos de homicídio foram resolvidos rapidamente, a PJ, em Março do ano passado, juntamente com a polícia do continente, desmantelou uma rede de burla com uso de notas falsas (estampadas com “練功券”), mesmo assim, continuamos a estar muito atentos a esse tipo de actividades ilegais, por outro lado, continuamos a efectuar avaliação de risco face às influências provocadas pela evolução do sector do jogo em relação à ordem pública e à estabilidade social, aumentou a cooperação com a Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos, o sector do jogo e da hotelaria no sentido de defender a segurança interna e externa dos casinos.

Desde que iniciou a pandemia, o número de crimes ligados à informática cresceu vertiginosamente, devido essencialmente ao aumento do uso da internet por parte da população, e ainda devido ao facto que o *modus operandi* do crime informático e cibernético se torna cada vez mais complexo e baseado na tecnologia, a sensibilidade da população em relação à cibersegurança, a dos operadores dos *websites* e outros utentes da internet é limitada, assim como há insuficiência de medidas preventivas efectivas, tudo isso faz com que o risco relativo ao crime informático aumente de forma constante. Em 2021, foram instaurados 1.676 inquéritos de crime informático, correspondendo a uma subida de 34,4% comparativamente com 2020, sendo uma subida de cerca de 2,5 vezes em relação a 2019.

Quanto à criminalidade informática em geral, registaram-se 800 casos, o que representa uma subida significativa de 51,5% em relação ao período homólogo; isto deve-se principalmente ao aumento considerável das burlas informáticas “furto de dados de

cartão de crédito para compras *online*”, registaram-se 663 casos daquele tipo de burla, houve uma subida de 61,3% em relação ao ano passado, que envolveu um prejuízo superior a sete milhões de patacas. Hoje em dia, o consumo *online* tornou-se muito comum, uma parte dos utilizadores de internet armazena inadequadamente os dados dos cartões de crédito, ou faz compras em *sites* não seguros, os criminosos empregam meios ilegais para obter os dados dos cartões de crédito e utilizam-nos para fazer compras *online*, depois lucram com a venda dos produtos adquiridos, isto causa prejuízos aos titulares dos cartões, às lojas ou às instituições financeiras. Entretanto, a PJ recorre a diferentes medidas para fazer face a esse problema, para além de ter desenvolvido acções de sensibilização de prevenção criminal, intensificou a ligação com as instituições financeiras e com as companhias dos cartões de crédito, para poder desencadear rapidamente as investigações, bem como tem-se empenhado em melhorar a cooperação policial regional, actuando de forma proactiva. Desde finais de 2020 foram desencadeadas, com as autoridades policiais de Hong Kong, 3 acções no âmbito da “Operation Soaring Star”, que culminaram no desmantelamento de várias redes criminosas envolvidas, onde se conseguiu evitar eficazmente o alastramento do crime e diminuir o número de vítimas, o que também produziu um certo efeito dissuasor para quem pratica esse tipo de crime.

Perante as medidas rigorosas de entrada e saída, os criminosos que se encontram no exterior, para obter benefícios ilegais, actuam ainda mais em crimes que não requerem contacto físico, isto associado ao descuido relativo à prevenção de algumas pessoas, constituem a causa principal do aumento acentuado das burlas no ano passado. Nesse período, a PJ instaurou 1.206 processos de burla, o que representa um aumento de 31% em relação ao ano anterior. Entre estes, 519 processos têm a ver com o uso de computador

ou internet para a prática da burla (e é crime informático), em comparação com o ano anterior houve uma subida de 20,4%, quer dos crimes convencionais, tal como o namoro *online*, a burla com correspondência e a armadilha de serviços pornográficos (golpe de falso “enjo kosai”), quer os que apareceram nos últimos anos, como a burla “pig-butcherer scam” (burlas de investimento) e a armadilha de compras *online*, todos aumentaram. Relativamente à burla telefónica, registaram-se 89 casos, o que representa uma subida de 187,1%, continuam a predominar dois esquemas, a burla “falso funcionário dos órgãos governamentais” e a burla “advinha quem sou eu”. Para além disso, nas burlas associadas aos “burlões da troca de dinheiro” registaram-se 196 casos, houve um aumento de 17,4% em comparação com o período homólogo.

Face à ocorrência contínua de burlas, a PJ continua a adoptar uma estratégia feita de prevenção e combate, e tenta melhorar continuamente o mecanismo de resposta de “prevenção”, “recuperação” e “combate”. O aumento gradual deste tipo de crimes nos últimos anos mostra a necessidade de melhorar o sentido de prevenção da população, portanto, a PJ efectuou proactivamente acções de sensibilização sobre a prevenção das burlas *online*, *offline*, com e sem contacto físico, esforçando-se por efectuar um bom trabalho de divulgação e educação nesse âmbito, juntamente com diversos sectores e grupos, colaborou plenamente em transmitir informações sobre burlas de acordo com a necessidade dos diversos sectores da sociedade, prestou muita atenção aos novos métodos utilizados e emitiu alertas em tempo oportuno, tudo isto para que o público em geral se mantenha atento às burlas convencionais e aos novos tipos de burla, de forma a diminuir as ocorrências. Ao mesmo tempo, a PJ continuou a aplicar as medidas de “cessação imediata de pagamento” e de “alerta para transacções suspeitas”. No ano passado,

conseguiu suspender as transacções de 29 casos de burla, recuperou ou interceptou mais de 1,7 milhões de patacas, obtendo assim um bom resultado. Para melhorar o trabalho nesse âmbito, a PJ e as entidades financeiras estão a estudar a aplicação da medida de alerta para transacções suspeitas ao pagamento móvel e também a criação de um mecanismo de alerta e comunicação para contas bancárias suspeitas, com vista a melhor proteger a segurança dos bens das vítimas. Além disso, a PJ tem aumentado a cooperação a nível regional para combater as redes criminosas de burla transfronteiriça. No ano passado, a PJ e as polícias das jurisdições vizinhas, participaram no desmantelamento de vários grupos de burlas, que operavam no namoro *online*, armadilhas de serviços pornográficos, “adivinha quem sou eu” e notas falsas (estampadas com “練功券”), isto contribuiu para reprimir estes crimes, de forma a evitar mais prejuízos. Devido ao baixo custo da prática da burla, prevê-se que os criminosos continuem a actuar. Para prevenir e controlar essa criminalidade e proteger a segurança dos bens de forma eficaz, é necessária a cooperação entre a polícia e a população. Não só a polícia deve esforçar-se para combater estes crimes, mas os cidadãos devem também manter-se atentos a este problema.

Quanto à delinquência juvenil, no ano passado, houve 67 indivíduos que cometeram crimes e que não atingiam a idade de imputabilidade penal, este número aumentou para mais do dobro em comparação com as 26 pessoas em 2020. Estes estavam envolvidos em casos de fogo posto, furto, dano, extorsão etc. No mesmo período, nos processos instaurados pela PJ, houve 122 vítimas que eram menores, diminuindo 12 pessoas face ao ano anterior. Estas estavam principalmente envolvidas em casos de agressão, abuso sexual de crianças, burla e extorsão. Para melhor proteger os jovens, a PJ irá continuar a aprofundar a cooperação com o sector educativo, realizará actividades educativas de

prevenção criminal nas escolas de acordo com as medidas de prevenção da epidemia, efectuará periodicamente patrulhas juntamente com o pessoal das escolas, inovará os métodos de educação sobre a lei penal e a prevenção criminal através da internet, bem como desenvolverá ainda mais a influência que podem ter os participantes dos projectos “Guia juvenil para combater o crime” e “Líder juvenil da segurança comunitária” sobre os colegas, tudo isto para melhorar os conhecimentos jurídicos dos jovens, e aumentar o seu sentido de cumprimento de lei e o de auto-protecção.

A PJ tem continuado a insistir no conceito de “trabalho policial orientado para resolver os problemas da comunidade e a procura do apoio da comunidade ao trabalho policial” ao cumprir a sua responsabilidade de salvaguardar a segurança, tem dado muita importância à prevenção e combate ao crime juntamente com todos os sectores da sociedade. Os mecanismos de cooperação entre a polícia e a população como a “Rede de Comunicação com as Escolas” e os grupos “Amigos da Prevenção Criminal na Área da Habitação” e “Amigos da Prevenção Criminal para Mulheres” estão a ser melhorados constantemente, os membros pertencem a diferentes associações e a todos os sectores da comunidade e contribuem com as suas ideias e força para o combate ao crime e para o crescimento do policiamento comunitário, desenvolvidos pela PJ. Temos intensificado, com dinamismo, a cooperação com sectores como administração de propriedades, educação, jogos, hotéis, bancos, casas de penhor, táxis, correio rápido, logística e recepção de encomendas para poder otimizar os mecanismos de comunicação e unir as forças da sociedade para participarem no trabalho policial. A Direcção desta Polícia, as subunidades de policiamento comunitário e de investigação criminal em áreas diferentes fazem frequentemente visitas às associações e à comunidade em geral, no sentido de se informar

sobre o que os moradores pensam e precisam, e quais são as urgências, para depois ajustar as estratégias e mobilizar a força policial para aliviar as preocupações da população. Ao longo de muitos anos, as forças comunitárias têm apoiado plenamente o nosso trabalho, obtivemos resultados notáveis na prevenção criminal e mantivemos, em geral, os crimes relacionados com habitações e com a comunidade numa tendência de descida. À medida que mudam as formas e a conjuntura do crime, o número de casos de burlas aumenta, assim foi nos últimos dois anos, mas a PJ não desanima, mas sim, esforça-se por aperfeiçoar e inovar o seu trabalho de policiamento comunitário e de prevenção criminal, através de um melhoramento contínuo da consciencialização sobre as informações policiais entre os cidadãos, para que se faça juntos uma prevenção criminal eficaz.

No início de 2022, a epidemia provocada por novas variantes do vírus devasta o mundo e a situação da prevenção em Macau é extremamente pesada, isto para além de criar factores de instabilidade para a recuperação económica e para o funcionamento social, tem impactos negativos também nos riscos para a segurança e estabilidade da comunidade; ao mesmo tempo, este ano marca a realização de importantes conferências políticas do nosso país e a implementação de importantes políticas económicas da RAEM, a interferência e ataques de forças externas serão inevitavelmente mais intensos. Face a situações complexas de segurança interna e externa, a PJ irá incrementar a sua percepção dos riscos, irá insistir em cumprir o “Perspectiva geral de segurança nacional”, prestando muita atenção ao núcleo político de "persistência" e "promoção" que tem a mesma importância no conceito do Governo da RAEM, irá continuar a elaborar estratégias orientadas pelos "três conceitos de policiamento", irá fazer, de forma abrangente e adequada, o trabalho de defesa da segurança nacional, irá colaborar na defesa das linhas

de combate à epidemia, irá acelerar o desenvolvimento da cibersegurança, irá incrementar a cooperação policial regional, irá aperfeiçoar o plano de prevenção e combate ao crime, e defender firmemente o bom estado da segurança nacional, da tranquilidade e estabilidade social e do bem-estar de toda a população.